

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2027

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO GERAL 5

1.1 PANORAMA INTERNACIONAL 5

1.2 ENVOLVÊNCIA NACIONAL 6

2. PRINCIPAIS PRIORIDADES PARA A INSTITUIÇÃO 9

3. OBJECTIVOS PARA A INSTITUIÇÃO 12

4. ATIVIDADES A DESENVOLVER 15

4.1 OPERACIONALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PRR 15

4.2 CONTRATUALIZAÇÃO / REVISÃO ACORDOS E CONTRATOS COM O ESTADO 17

4.3 REABILITAÇÃO DO COMPLEXO SOCIAL – ERPI / CD E COMPLEXO DE SAÚDE 19

4.4 VALORIZAÇÃO PATRIMÓNIO 20

4.5 A COMARCA DE ARGANIL 21

4.6 SAD+SAÚDE 21

4.7 MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS 22

4.8 MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS E ATIVIDADES DIVERSAS 23

4.9 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS 24

4.10 PROJETO “PERCURSOS DE COR” – INICIATIVA INOVADORA DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL (IIES) 25

4.11 CINETEATRO ALVES COELHO 26

4.12 DEFESA DOS INTERESSES DA MISERICÓRDIA – Ações Judiciais 27

4.13 PROJETO “CogniMotion VR: Experiências Terapêuticas Integradas” – BPI | FUNDAÇÃO LA CAIXA 28

5. ORÇAMENTO PREVISIONAL E INVESTIMENTOS 29

5.1 RENDIMENTOS 30

5.1.1 Descrição cálculo e projeção de Rendimentos 32

5.2 GASTOS 35

5.2.1 Descrição cálculos e projeção de gastos 36

5.3 INVESTIMENTOS 39

6. CONCLUSÃO 40

ANEXOS 42

1. ENQUADRAMENTO GERAL

1.1 PANORAMA INTERNACIONAL

O ano de 2027 perspetiva-se como um período marcado por diversas convulsões internacionais, decorrentes, não apenas de conflitos que se arrastam há vários anos, mas de igual modo de novas problemáticas cuja incidência social têm vindo a ser reveladas nos últimos meses mas com projeção e agudização do seu impacto no próximo ano.

Relativamente aos conflitos que se têm vindo a arrastar e que não dão mostras de fim à vista, destacam-se a **guerra na Ucrânia**, resultante da agressão militar perpetrada pela Federação Russa contra esse país, assim como o **confronto no médio oriente**, opondo os Estados Unidos da América e seus aliados árabes à Republica Islâmica do Irão, e que agora **afeta a circulação no estreito de Ormuz.**

No entanto, para além desses dois palcos onde ocorrem situações de beligerância com repercussões na economia mundial, afetando largamente as cadeias de distribuição e com impacto direto nas economias, nomeadamente a portuguesa, **acresce a instabilidade social que tem marcado a Europa.**

O crescimento da divida pública na França e que hoje atinge já o valor de 119% do Produto Interno Bruto (PIB), sem perspetiva de redução a curto prazo, acompanhada pela perspetiva de eleições nesse país para Abril do próximo ano e em que os candidatos dos extremos políticos ganham terreno, a par do alastramento dos **protestos violentos** a outros Estados europeus como a Bélgica, sem esquecer a situação instável que se vive no Reino de Espanha, não perspetivam facilidades para a coesão social e a manutenção do modelo de proteção europeu.

Assuntos como a habitação, a imigração, os baixos rendimentos, a saúde, a defesa e o sistema de pensões, têm vindo a ganhar destaque no seio das políticas públicas, e independentemente do pendor ideológico de cada um dos governos dos Estados europeus, **a dificuldade que se avizinha será a de definir as prioridades** para o erário público de cada um dos membros da União Europeia (UE), na qual se insere Portugal.

Essa dificuldade, que é também um desafio, na definição de prioridades para os próximos investimentos e apoios a estes, gera uma instabilidade pautada pela escassez de recursos

financeiros e cujas opções terão sempre impacto nas organizações da sociedade civil, para além das consequências nas populações.

A esse propósito importa inserir neste contexto que o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a nível mundial em 3,4%, muito alicerçado no desenvolvimento e investimento no âmbito da Inteligência Artificial (IA), assim como uma taxa de inflação na casa dos 4,1%.

E nesse particular importa realçar que os grandes motores da promoção e expansão da IA são os norte-americanos e os chineses, pelo que serão estes a reunir a projeção do maior retorno económico para o próximo ano.

Contudo, não podemos deixar de realçar no contexto do panorama internacional e com especial incidência para as questões nacionais, as dúvidas que se levantam à manutenção do projeto político europeu, nomeadamente por força das repercussões no que ao orçamento da UE diz respeito.

Assim, importa referir a forte possibilidade de **redução do orçamento europeu em cerca de 8%,** proposto pela presidência irlandesa, e que poderão afetar os Fundos de Coesão e, consequentemente, diminuir o nível de investimento em estruturas e equipamentos nomeadamente nos países que não são contribuintes líquidos da UE.

A esse propósito, não poderemos também deixar de registar que muitos dos programas de intervenção social desenvolvidos hoje em Portugal têm uma componente muito significativa de apoios europeus, aspeto que não deverá deixar de ser mencionado neste enquadramento como preocupação a reter.

1.2 ENVOLVÊNCIA NACIONAL

Perceber a realidade portuguesa é, cada vez mais, um exercício que implica ler o contexto internacional e projetar as suas repercussões políticas, económicas e sociais para o País.

Desde logo, no campo politico, e apesar de terem sido realizadas diversas eleições ao longo de 2025, estas, nomeadamente no campo da governação nacional, não traduzem, per si, a garantia de uma estabilidade.

Dessa forma, importa referir que não há uma maioria parlamentar no apoio ao Governo, a que se junta um conjunto de mobilizações na rua, mais ou menos politizadas, mas que não deixam de conter um conjunto de preocupações reais.

E nesse cenário, não pode ser descartada e desvalorizada a existência de sinais que poderão indiciar algum foco de instabilidade politica, também alicerçada em várias polémicas no executivo governativo.

Por outro lado, no campo económico, a consistente tendência de **aumento de custos no âmbito dos combustíveis e a volatilidade no fornecimento destes,** agravou o custo de vida dos cidadãos nas suas diferentes componentes.

Esse aumento de custos teve **repercussões em toda a cadeia de produção e fornecimento de produtos,** com o desaguar no aumento da taxa de inflação cujo impacto direto incide num maior endividamento dos consumidores.

Se somarmos a isso o **aumento das taxas de juros nos mercados internacionais**, rapidamente percebemos que o equilíbrio económico nacional não deixa de ser periclitante.

No campo social, e reflexo do que também sucede em vários países da UE, existem diversas preocupações perante a escassez de recursos económicos disponíveis quando está no horizonte a necessidade de **reforçar os investimentos no campo da defesa** e que se estima possam ser de 3% no âmbito do Compromisso – NATO.

Se associarmos a essa exigência os problemas que têm tomado conta da agenda mediática, rapidamente percebemos a existência de um leque mais alargado de questões que preocupam as sociedades democráticas.

É preciso investir no campo da habitação, reforçar e reorganizar o Serviço Nacional de Saúde, discutir a sustentabilidade do sistema de proteção social e dos regimes pensionistas. Contudo, os **recursos continuam a não ser suficientes** para responder a todas estas preocupações, o que poderá dar continuidade a convulsões sociais.

Assim, o contexto nacional, apesar dos resultados económicos pautados pela redução gradual da divida pública e que em 2025 foi 89,7% do PIB, estará condicionado às disponibilidades da tesouraria do Estado e do orçamento nacional.

Essa trajetória da diminuição da divida pública nacional parece estar numa fase descendente consolidada, estimando o Banco de Portugal que em 2026 atingirá 85,7% do PIB e **em 2027 cifrar-se-á em 82,5% do PIB.**

No entanto, importa salientar algumas outras previsões elaboradas para a economia nacional, nomeadamente pelo BP que estabeleceu **um crescimento económico de 1,8% e uma taxa de inflação de 2,4%,** muito devido ao impacto dos recursos/produtos energéticos (custo dos combustíveis).

Já o Governo estabeleceu como referência o **valor estimado de 2,1%** de taxa de crescimento da economia e uma **inflação na ordem dos 2,3%,** valores portanto mais otimistas, revelando-se mais otimista na economia corrente, ao contrário da previsão mais conservadora, face ao BP, mas no que à divida pública diz respeito (Governo prevê uma redução da divida pública em 2027 para 84,5%).

Não podemos ainda, deixar de considerar a previsão do **aumento do salário mínimo nacional (SMN) em 5,4%,** passando de 920,00€ para 970,00€, ao qual deverá ser acrescido o custo com a taxa para a segurança social (23,75%) o que perfaz 1.200,38€, mas de igual modo uma **atualização remuneratória no setor privado estimada em mais 3%.**

Por outro lado, não podemos deixar de realçar que o fim do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e a incerteza da transição de investimentos em curso para o quadro comunitário 2020-2030, terão impacto no nível de investimento em equipamentos e estruturas.

A par disso, a previsível redução do orçamento da UE em pelo menos 8%, poderá suscitar um impacto negativo traduzido na redução do nível de financiamento para projetos de intervenção social.

Importa ainda registar que na presente data a Instituição, apesar de ter executado diversos projetos, encontra-se **credora de vários montantes contratualizados no âmbito do PRR**, facto que não é de somenos importância para a concretização da estratégia da Instituição.

Perante tudo isso, a definição do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2027 irá procurar responder aos desafios que se colocam para a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, levando em linha de conta as diferentes projeções económicas, mas também o impacto social destas.

2. PRINCIPAIS PRIORIDADES PARA A INSTITUIÇÃO

Num cenário de incerteza e risco, que aliás tem-se vindo a agravar nos últimos anos muito devido à instabilidade internacional, o respeito pelos compromissos assumidos pela Misericórdia é essencial para assegurar a sua credibilidade num contexto cada vez mais volátil.

E será esta a linha de atuação para acautelar que o trabalho da Instituição possa dar resposta aos problemas da comunidade onde se insere, mas sem deixar de pugnar pela preservação da sua identidade, história e projetos futuros.

Razão pela qual a evocação dos 380 anos de existência da Misericórdia, fundada em 6 de Junho de 1647, será um momento para registar no seu historial, dando assim corpo ao lema de que somos uma Instituição com memória e futuro.

Dessa evocação deverá constar a celebração da memória de figuras como o Prof. António Ventura, o Dr. Fernando Valle, a par de conferências, apresentações e lançamentos de obras literárias designadamente do Dr. Vasco de Campo, ou do Dr. Pedro Carrilho, entre outros eventos.

Como já foi referido, a questão dos compromissos será essencial, começando pelas **responsabilidades bancárias** resultantes da contratualização de empréstimos bancários, destinados à realização de investimentos, e que em Outubro de 2026 se cifraram em dois milhões, setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e vinte e nove cêntimos (2.077.858,29€).

Valores que cresceram em 2026, em resultado da necessidade de contratualizar mais verbas junto da banca por força dos atrasos nos pagamentos inseridos nos projetos apoiados pelo PRR, e a ausência de apoios da autarquia para esse fim.

Esses compromissos bancários representam, de forma estimada, dezassete mil, oitocentos e dez euros (17.810,00€) / mês, a que se acrescem cerca de dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros (2.855,00€) resultantes de operações associadas à renovação da frota automóvel da Instituição e aquisição de equipamentos em momentos anteriores (Central telefónica, Painéis térmicos, caldeira a lenha).

A Misericórdia tem pois, um compromisso financeiro mensal de vinte mil, seiscentos e sessenta e cinco euros (20.665,00€).

Ainda no campo dos compromissos será fundamental **honrar as responsabilidades remuneratórias junto dos trabalhadores da Instituição,** mantendo um corpo estável de profissionais, ou pelo menos assegurar um vínculo laboral com estes de natureza duradoura (contratos sem termo) e promovendo a **inclusão e contratação de jovens** de diversas áreas profissionais, de acordo com as necessidades dos serviços, seguindo a tradição de recrutamento em várias áreas geográficas da Região.

Contudo, o mais importante dos compromissos será assegurar uma continuidade nos serviços prestados junto dos públicos que serve e apoia, através dos vários equipamentos e respostas sociais que possui e desenvolve.

Nesse sentido, a **continuidade do projeto piloto SAD + Saúde** não deixará de ser uma prioridade, face aos resultados que tem obtido no apoio aos mais vulneráveis e à inovação que permite alocar à atividade da Misericórdia.

Outra componente no campo da intervenção inovadora passará pela **continuidade do desenvolvimento do projeto Percursos de Cor**, designadamente na reabilitação de espaços exteriores como o Pátio e Jardim existentes no Complexo Social, numa ótica de valorização da neuro arquitetura.

De igual modo, a **consolidação do funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas**, a eventual intervenção do espaço anexo a esse equipamento com o alargamento do parque de estacionamento existente, ou mesmo a ligação do Posto de Transformação (PT) aí existente a outras respostas/edificado, assim como a renovação dos contratos de funcionamento da unidade Dr. Fernando Valle, serão igualmente prioridades para a Instituição.

Ainda no campo do funcionamento das suas respostas e equipamentos, a **manutenção e higienização de espaços** interiores do Complexo Social e Complexo de Saúde não serão esquecidos, reforçando-se ainda os investimentos na componente das medidas de autoproteção (MAP – ERPI, Hospital Fernando Valle e Hospital de Beneficência Condessa das Canas).

Outro aspeto que merecerá a atenção da Instituição passará pelo **futuro a dar ao Centro de Saúde de Arganil,** após a respetiva desocupação pela autarquia e que se espera venha a suceder no exercício de 2027, respeitadas as obrigações legais e contratuais existentes e que a Misericórdia pugnará pelo seu cumprimento integral.

E nessa preocupação insere-se o desenvolvimento de um eventual projeto de **estabelecimento de um serviço de saúde,** de natureza ambulatória, para dar resposta às necessidades locais das populações.

Ainda no campo da utilização do edificado existente, a valorização deste não deixará de ser um aspeto a considerar, não apenas no âmbito dos espaços associados ao desenvolvimento e funcionamento das suas respostas sociais e de saúde, mas de igual modo a **reabilitação do bairro da Instituição**, o qual deverá regressar à agenda da ação da Instituição, sem esquecer a realização de diligências destinadas ao desenvolvimento de um projeto urbanístico nos terrenos sitos no Paço Grande.

De igual modo, haverá a preocupação e abertura para que o **Programa das Cantinas Sociais, integradas no Programa de Emergência Social (PES) tenha continuidade**, dependendo tal da renovação do protocolo sobre esta temática com a Segurança Social – ISS,IP.

Ainda no âmbito da relação com a Segurança Social – ISS,IP, é importante a **conclusão do processo de reafectação de verbas** libertadas pelo Centro de Dia e que, desde 2022, continua a aguardar o respetivo desfecho.

Relativamente às vagas hospitalares (Portaria 38-A/2023 de 20 de Janeiro, alterada pela Portaria n.º 20/2026/1 de 20 de Janeiro) e considerando o histórico dos encaminhamentos recebidos (doentes psiquiátricos) não haverá disponibilidade para a sua continuidade.

Por outro lado, concluído o projeto de reabilitação da cozinha e armazém executado no âmbito de apoio pelo PRR, **urge a revisão dos acordos da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD),** alargando não apenas a respetiva capacidade, como de igual modo o número de utentes a integrar em acordo com a Segurança Social – ISS,IP.

No campo das relações de parceria, e seguindo uma prática habitual, a Misericórdia irá dar continuidade ao apoio aos **prémios de mérito e excelência, no âmbito da colaboração com o Agrupamento de Escolas de Arganil (AEA),** assim como à promoção das **atividades da Academia Condessa das Canas** numa ótica de dinamização cultural.

Ainda no campo cultural, manter-se-á a atividade do título *A Comarca de Arganil*, apostando-se no desenvolvimento de programas informativos e de debate, designadamente ao **criação de um espaço de "Podcast" a divulgar nas redes sociais.**

Na mesma esfera da cultura, mas numa lógica de preservação do edificado, o tema da **reabilitação do Cineteatro Alves Coelho** continuará a manter a atenção da Instituição, nomeadamente no que aos desenvolvimentos anunciados pela Câmara Municipal de Arganil diz respeito sobre esta temática.

A preocupação com **a continuidade da Feira do Mont'Alto** não será esquecida, sendo que a Misericórdia, na sequência de deliberação anteriormente tomada em Assembleia Geral datada de 31 de Março de 2025, diligenciará para que o modelo de colaboração com a autarquia seja revisto, podendo implicar a assunção pela Instituição a realização do evento em espaço distinto do atual, nomeadamente regressando ao local original – Paço Grande.

Por fim, e à semelhança do trajeto histórico da Misericórdia, será **mantida a preocupação com a preservação e valorização do património natural da Instituição,** nomeadamente da sua Mata, mas de igual modo os seus jardins.

3. OBJECTIVOS PARA A INSTITUIÇÃO

A definição de objetivos é fundamental para uma adequada avaliação do desempenho e do nível de eficácia de qualquer organização.

Razão pela qual, a Misericórdia tem como boa prática estabelecer, previamente, as metas a alcançar num determinado período temporal, sendo que neste caso terá como referência o período de 2027.

Para a definição dos objetivos foram considerados diversos cenários e distintos níveis de intervenção das políticas públicas, sem escamotear o contexto nacional e internacional, conforme descrito no ponto 1 do presente documento.

No entanto, o foco da Instituição na definição dos seus objetivos obedeceu ao respeito pelos compromissos assumidos, a continuidade da sua ação e o impacto desta junto daqueles para os quais desenvolve a sua atividade, designadamente os cidadãos mais vulneráveis.

Considerando a finitude dos recursos disponíveis, tem sido opção da Instituição não dispersar a sua atenção por um número demasiado extenso de metas, pelo que, para o ano de 2027, foram elencados os seguintes objetivos:

a) **Dar continuidade à política de investimentos em áreas inovadoras, contribuindo para resolver problemas sociais, mantendo o papel da Instituição na coesão social;**

No presente objetivo a Misericórdia elenca diversas iniciativas que poderão potencializar a concretização do mesmo, de entre elas a **continuidade da aposta no projeto piloto SAD+SAÚDE**, e que poderá implicar o reforço da respetiva capacidade operacional, não apenas reforçando a estrutura de recursos humanos, mas de igual modo o número de viaturas alocadas ao projeto, assegurando dessa forma o aumento do número de utentes apoiados.

Ainda no campo da inovação, e por consequência associado ao presente objetivo, há que referir **o desenvolvimento do projeto Percursos de Cor**, no âmbito da aplicação dos princípios da neuroarquitetura, como mais um contributo para que seja materializada a política de investimentos em áreas inovadoras.

De igual modo, a eventual **saída dos Cuidados de Saúde Primários e do Serviço de Urgência Básico (SUB)** do espaço que atualmente ocupam deverá suscitar a iniciativa da Misericórdia em desenvolver um projeto no campo da saúde, vocacionado para uma intervenção ao nível ambulatório.

Nesse contexto, a eventual **criação de uma clinica aberta à comunidade** destinada à prestação de cuidados de saúde diferenciados e com a oferta de diversas especialidades, e seguindo o espirito do movimento das Misericórdias, passará a integrar as perspetivas de uma intervenção inovadora no território e ajustada às suas necessidades.

Outro aspeto a considerar neste objetivo implicará a retoma das preocupações com a **reabilitação do bairro da Instituição**, inserido num projeto urbanístico mais alargado e que deverá contemplar a **construção de habitações nos terrenos sitos no Paço Grande**, tendo em vista encontrar soluções para a crise da habitação que hoje atravessa a sociedade portuguesa.

Também a eventual **reabertura das "Piscinas Zé Miguel Coimbra"** estará na agenda das iniciativas, embora de forma cuidadosa e dependendo da existência de apoios ao seu funcionamento.

Estas serão pois, algumas das iniciativas a enquadrar neste objetivo, balizando assim a ação da Instituição para que seja efetivada e concretizada a meta de dar continuidade à política de

investimentos em áreas inovadoras, contribuindo para resolver problemas sociais, mantendo o papel da Instituição na coesão social.

b) Manter em funcionamento as suas respostas e equipamentos sociais, procurando alargar a ação da Instituição;

No presente objetivo deve ser dado destaque à **consolidação do funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas**, resposta que se afigura essencial para mitigar problemáticas como o de cuidar de pessoas em situação de enorme debilidade física e emocional, designadamente na área dos paliativos, para além das tipologias de convalescença e longa duração e manutenção.

Nesse mesmo âmbito o **alargamento do parque de estacionamento** junto a essa unidade será importante, nomeadamente para agilizar o acolhimento dos familiares e o movimento de pessoas e viaturas que se torna expetável, e logo que o espaço seja devolvido à Misericórdia.

Por outro lado, a **ligação do PT aí existente, assim como o grupo de geradores instalados no mesmo perímetro**, ao restante edificado será também uma preocupação para a Instituição, visando aumentar a eficiência energética, a par da redução dos custos da energia no universo da Misericórdia.

No campo da intervenção comunitária, prevê-se a **continuidade do programa das cantinas sociais** o qual tem vindo a satisfazer necessidades alimentares de vários agregados familiares em situação de vulnerabilidade.

Não obstante as medidas já preconizadas e identificadas, não se pode deixar de frisar que a componente de financiamento resultante dos acordos de cooperação com o ISS,IP ganha preponderância, através da **conclusão do processo de reafectação de verbas,** mas igualmente o **alargamento do número de utentes comparticipados** na resposta de SAD e da Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

Importa não esquecer que a componente da colaboração com o parceiro Estado representa parte significativa dos rendimentos da Misericórdia, razão pela qual a atualização das verbas inscritas no Compromisso de Cooperação será sempre indispensável para a adequada efetivação das metas traçadas, designadamente manter em funcionamento as suas respostas dirigidas à comunidade e aos seus públicos mais vulneráveis, sem deixar de alargar o raio de atuação da Instituição.

4. ATIVIDADES A DESENVOLVER

Estabelecidos os objetivos, importa agora conhecer as principais atividades associadas que contribuirão para a persecução dessas mesmas metas, sabendo-se que a Misericórdia considera ser essencial manter uma estratégia de longo prazo, marcada pela continuidade e pela resiliência.

Não é pois descabido, para melhor serem entendidas as atividades preconizadas, que a aceitação da linha temporal, num horizonte de longo prazo, tem pautado o pensamento da Instituição e de quem a lidera, razão pela qual existem traços comuns e transversais ao longo dos inúmeros planos e orçamentos aprovados pela Assembleia Geral ao longo dos últimos anos.

É crucial ser entendido que uma parte dessas atividades, pela importância que encerram em si mesmo, e pelas necessidades existentes na comunidade, **são contínuas no tempo**, não podendo deixar de ser executadas sem que para elas exista alternativa.

Por último, o desenvolvimento das inúmeras ações preconizadas para 2027 **será sempre o reflexo dos recursos disponíveis, sejam estes humanos, sejam estes económicos**, devendo a execução das atividades ser entendidas e consideradas numa ótica suficientemente flexível para que, em tempo útil, possam ser ajustadas ao momento e às dificuldades que estes acarretam.

4.1 OPERACIONALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PRR

Ao longo do ano de 2026 foram executadas diversas candidaturas no âmbito do PRR, designadamente as referentes à reabilitação dos espaços de cozinha e armazém, assim como do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, para além da aquisição de viatura no programa de mobilidade verde.

Concluídos esses projetos, cujo impacto económico-financeiro terão o devido tratamento no Relatório do Exercício, é chegado o momento de promover a sua disponibilização à comunidade e à resolução de problemas sociais.

No que se refere aos espaços de cozinha, armazém e balneários, correspondente à candidatura apresentada ao aviso11/C03 – i01/2024, e cujo contrato de empreitada foi celebrado 30 de Maio de 2025, seguindo-se a respetiva consignação em 20 de Junho do mesmo ano, e a conclusão em 30 de Junho de 2026, estes foram reabilitados, pelo valor de cento e quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco euros e noventa cêntimos (148.635,90€), acrescido de IVA.

Esta intervenção revestiu-se de enorme importância, na medida em que permitirá em 2027 o alargamento do número de utentes apoiados pela resposta de SAD, passando de uma capacidade de 40 para 50 cidadãos.

Em relação ao Hospital de Beneficência Condessa das Canas, foi submetida uma candidatura ao aviso n.º 25/C01-i02/2024, acabando por vir a ser aprovada com o **n.º de projeto 14640**, tendo sido assinado o contrato de financiamento em Abril de 2025.

O projeto, que contemplou um investimento elegível de trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e um euros e trinta e dois cêntimos (345.641,32€), e um total de apoio no valor de cento e cinquenta e oito mil, setecentos euros (158.700,00€), veio a representar um esforço significativo para a tesouraria da Instituição, que executou trezentos e quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos (341.861,56€).

Não obstante essa dificuldade, o projeto foi executado e concluído, mediante diversos procedimentos concursais, tendo a unidade entrado em funcionamento ainda no ano de 2026 (2 de novembro) e incluiu igualmente o reequipamento da lavandaria, aumentando a capacidade de lavagem desta.

Assim, foram **instaladas três tipologias de resposta no antigo hospital**, distribuídas da seguinte forma: 10 camas para Unidade de Cuidados Paliativos, 14 camas de Unidade de Longa Duração e 12 camas de Unidade de Convalescença, num total de 36 camas, cuja consolidação seja expetável vir a ocorrer no próximo ano.

No âmbito da **mobilidade verde e da candidatura apresentada ao aviso n.º 12/C03-i01/2024,** cujo contrato de fornecimento foi assinado em 21 de Julho de 2025, com procedimento de consulta prévia, foi adquirida uma viatura pelo valor de quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e setenta e oito cêntimos (44.448,78€), acrescido de IVA, tendo a entrega ocorrido em Dezembro d 2025.

A concretização deste processo possibilitou dar continuidade ao processo de renovação da frota automóvel da Instituição, mas acima de tudo melhorar os serviços e a eficiência na resposta de Centro de Dia e ERPI/Lar.

4.2 CONTRATUALIZAÇÃO / REVISÃO ACORDOS E CONTRATOS COM O ESTADO

As fontes de financiamento da Instituição são sempre tema essencial na programação das atividades, razão pela qual importa a referência a estas neste documento, tanto mais que a cooperação com o Setor Estado representa uma parte significativa dos rendimentos da Misericórdia.

Motivo pelo qual é com expetativa que se aguarda a atualização das verbas referentes aos acordos de cooperação através da **assinatura do novo Compromisso de Cooperação** que se encontra em fase de negociação.

Essa negociação reveste-se de enorme importância para o funcionamento das respostas sociais desenvolvidas pelo Setor Cooperativo e Social, como de igual modo a atualização de componentes técnicas dessa mesma cooperação, esperando-se que dessa atualização não resultem perdas face ao aumento dos custos, nomeadamente ao nível dos recursos humanos.

Para o ano vindouro, e apesar da orçamentação da atividade da Instituição ter como ponto de partida uma **atualização de 2,4%,** será desejável que esta possa vir a ter uma dimensão mais elevada, sob pena da diminuição da capacidade de atuação das entidades da rede solidária.

Nesse sentido, no âmbito do campo da saúde existe uma enorme expetativa de atualização das comparticipações, designadamente na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), especialmente com a entrada em funcionamento (2 de novembro de 2026) do **Hospital Beneficência Condessa das Canas**, cuja cabimentação foi já realizado pelo Despacho n.º 11541/2025, de 1 de Outubro.

Com uma capacidade instalada de 36 camas, distribuídas por Paliativos (10), Convalescença (12) e Longa Duração e Manutenção (14), todas da RNCCI, a expetativa é a de que os valores da diária possam ser revistos já em 2027, sendo expetável que a taxa de ocupação seja superior a 85%, de modo a ser assegurada a totalidade do financiamento.

No que concerne às tipologias de Convalescença e Paliativos, o seu financiamento decorre da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS, IP), sendo que a tipologia de Longa Duração e Manutenção incumbe de forma repartida ao ACSS,IP e ao Instituto da Segurança Social (ISS,IP).

Quanto à Unidade de Cuidados Continuados – Dr. Fernando Valle, a expetativa é a de que seja mantida ao longo do próximo ano **a taxa de ocupação acima dos 85%,** quer para a tipologia de

Média Duração e Reabilitação (12) e quer para a tipologia de Longa Duração e Manutenção (12), tendo em vista assegurar o nível de financiamento ao equipamento.

Ainda no campo do funcionamento desta Unidade, haverá lugar ao processo de revisão do contrato para novo triénio (2027-2029).

O **processo de reafectação de verbas** provenientes da redução da frequência na resposta de Centro de Dia (Sede e Secarias) voltará a ser alvo de insistência junto do Centro Distrital de Coimbra, tendo em vista a canalização das verbas libertadas pela revisão em baixa para o reforço do número de utentes em acordo de cooperação na resposta de SAD e Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

É lamentável que, desde 2022, o processo não tenha tido qualquer desenvolvimento, apesar da insistência da Misericórdia, quando ainda para mais existe uma procura por parte da comunidade em respostas como o SAD e a ERPI.

A concretização dessa expetativa **no SAD permitirá passar de 25 para 35 utentes em acordo**, uma vez que a capacidade instalada nesta última valência é ainda de 40 mas, decorrente das obras de reabilitação da cozinha e armazém, é expetável o seu alargamento para 50, isto na capacidade.

A Misericórdia assegurará a continuidade da **Sala de Apoio à Infância (SAI),** criada durante o ano letivo 2024-2025**, e que funcionará no próximo ano com cerca de 19 crianças.**

Para essa sala foi definido um valor fixo para comparticipação das famílias correspondente ao montante definido de comparticipação pela Segurança Social para o CATL de pontas e interrupções letivas (66,75€), isto para ano letivo 2026-2027.

Em relação à **componente de Animação e Apoio à Família (AAAF),** e concretizado que foi a assinatura de protocolo com a Câmara Municipal de Arganil, o ano de 2027 dará continuidade ao protocolo existente com a autarquia e já celebrado em Setembro do corrente ano, com efeitos a Setembro de 2025, abrangendo cerca de 35 Crianças, recebendo a Instituição um valor mensal de 30,99€/criança.

Já no âmbito do **Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL)** o número de crianças que se perspetiva será de 60, esgotando dessa forma a capacidade autorizada.

Em relação ao Programa de Emergência Alimentar (PEA), **materializado através da medida das Cantinas Sociais**, a expetativa é a de que se venha a manter, implicando uma projeção de

atualização dos valores a receber, mantendo-se o número de refeições diárias contratualizadas de 20.

A operacionalização será efetuada através da própria Instituição e da sua cozinha central, mas de igual modo recorrendo a uma rede de parcerias, composta por diversas IPSS existentes no concelho de Arganil, num total de 7 entidades que em conjunto e mediante protocolo de colaboração, asseguram a concretização de apoio alimentar nas comunidades locais.

Em todas as situações enunciadas como possíveis atividades será importante frisar a imperiosa necessidade de atualização dos valores inscritos no âmbito da cooperação com o Setor Estado, através do já referido Compromisso de Cooperação.

4.3 REABILITAÇÃO DO COMPLEXO SOCIAL – ERPI / CD E COMPLEXO DE SAÚDE

Ao longo dos anos a Instituição tem procurado assegurar não apenas a manutenção dos seus espaços, mas igualmente introduzir melhorias, nomeadamente através das suas equipas.

A intervenção no Complexo Social, prevê a **continuação de trabalhos de higienização e reabilitação de espaços na componente residencial**, como casas de banho, quartos e salas de atividades, através dos recursos humanos afetos à área de manutenção e logística.

A **aprovação do projeto Percursos da Cor** (assunto a desenvolver no ponto 4.10), no âmbito do Programa de Inovação Social 2030 | Parcerias para a Inovação Social, ao aviso de abertura CENTRO-2030-2024-25, vem assegurar a dinamização da requalificação de espaços exteriores, designadamente jardim e pátio.

O investimento preconizado poderá atingir cento e dezanove mil, novecentos e setenta e oito euros (119.978,00€) e abrangerá um número estimado de 250 utentes, entre utilizadores das respostas sociais da Misericórdia, assim como outras entidades parceiras do concelho de Arganil.

No caso da Unidade de Cuidados Continuados Dr. Fernando Valle poderá ser perspetivada a execução de intervenção ao nível da **aquisição de equipamento hospitalar**, assim como a melhoria dos espaços, através da **substituição de piso e reabilitação da fachada deste edifício.**

Ainda nesse edifício algumas questões decorrentes da implementação das Medidas de Autoproteção, como a substituição **das portas corta-fogo** deverão ficar concluídas.

A Misericórdia manterá a pretensão de continuar a apresentar candidaturas aos Fundos Comunitários, nomeadamente ao novo Quadro Comunitário – 2030 para estes fins, se possível.

4.4 VALORIZAÇÃO PATRIMÓNIO

O património da Instituição deverá ser dividido entre aquele que é essencial para a concretização da sua missão e no qual estão sediadas as diferentes respostas sociais colocadas ao serviço da comunidade e as intituladas Propriedades de Investimento (PI).

As PI, para além de permitirem o complemento das receitas operacionais, ajudam a suportar os avultados investimentos, por via da respetiva alienação em situações de necessidade, contribuindo para injetar liquidez na tesouraria.

No entanto, a Instituição tem procurado manter o equilíbrio entre as suas vendas e a entrada de novo património, ou a valorização do existente, alienando apenas aquele que implica um investimento muito significativo e cujo retorno seja demasiado longo no tempo.

Para 2027, a Instituição mantém o interesse de explorar os terrenos existentes no Paço Grande (artigos rústicos 5825, 5826 e 5827 e artigo urbano 2142), conforme já referido visando **desenvolver um projeto urbanístico,** especialmente depois de ter sido gorada a possibilidade do desenvolvimento de um projeto direcionado para habitação em face da não concretização de uma parceria com a Câmara Municipal de Arganil e o Instituto da Habitação (IHRU) destinada à construção de habitação para arrendamento acessível.

O presente projeto de Plano de Atividades e Orçamento inclui assim, a **pretensão em abrir um processo destinado à definição de um modelo, assim como de um programa de construção,** podendo incluir o recurso a parcerias com empresas privadas para o desenvolvimento de um projeto urbanístico que permita o retorno financeiro para a Misericórdia, seja através da venda, seja através do arrendamento.

Também **a reabilitação do Bairro da Misericórdia** não deixará de ser uma preocupação para a Instituição, conforme já explanado anteriormente e que já representou um encargo de dezassete mil e quinhentos euros (17.500,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Agora que a nova unidade (Hospital de Beneficência Condessa das Canas) está em funcionamento, a **constituição de um pacote** composto por diversas propriedades, e a partir

deste, proceder a Instituição à colocação no mercado do mesmo, com o intuito de ser feito um arrendamento global, voltará a merecer a melhor atenção da Misericórdia.

4.5 A COMARCA DE ARGANIL

Com a vetusta idade de 126 anos, com mais de dois mil assinantes e uma edição do jornal online, abrangendo nestas duas dimensões nove concelhos, para além de uma presença além-fronteiras, designadamente na Europa e nos Estados Unidos da América, *A Comarca de Arganil* é um dos mais importantes ativos da Instituição gerando, atualmente, cerca de cento e vinte mil euros (120.000,00€/ano) em receitas.

Para o ano que se avizinha existe o projeto de lançamento de um programa nas redes sociais de comentário político, tendo sido realizado investimento nesse sentido ao longo do ano de 2026.

Esse programa, sob a **forma de "podcast"** possibilitará a entrada do periódico num espaço que ainda não explorou mas que apresenta potencial, conforme temos vindo a assistir no meio comunicacional.

Para isso o contributo da renovação já ocorrido no acesso aos apoios à imprensa regional, com especial incidência no que se refere às despesas de envio por correio, passando de 40% para 80%, será essencial, uma vez que permite apostar em novas formas de informação.

De igual modo a presença e deslocação dos jornalistas poderá implicar o renting de **duas viaturas** para consolidar a aposta no crescimento e presença do jornal no território.

A Comarca de Arganil irá ainda procurar manter o apoio a escritores da região, ou patrocinar o lançamento de obras dedicadas a figuras marcantes nestes territórios onde mantém a respetiva presença, tendo em vista a salvaguarda da memória coletiva.

4.6 SAD+SAÚDE

Depois de vários anos a acomodar experiência e conhecimento, foi possível, em 2026, desenvolver um projeto piloto designado de SAD+SAUDE, com potencial para servir 30 utentes.

Essa nova resposta, conjugando cuidados sociais e de saúde, funcionando numa lógica de 24h, com um sistema de monitorização permanente, permitiu aprofundar a intervenção da

Misericórdia no campo da ação domiciliária, acolhendo ainda uma intervenção no âmbito da ação paliativa.

O desenvolvimento deste projeto piloto, o único na região centro e um dos cinco a nível nacional, constitui um investimento em recursos humanos mas também um possível ponto de partida para que a Misericórdia assegure uma intervenção completa no apoio domiciliário.

A duração deste projeto está estimada em 12 meses, com possibilidade de renovação por mais 6 meses, tendo a Misericórdia a expetativa de que, com os ganhos obtidos junto da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos apoiados, seja suficiente para assegurar a sua continuidade.

No entanto, o desenvolvimento deste projeto, enquadrado pela Portaria n.º 324/2025/1 de 3 de Outubro, deverá ser entendido como fazendo parte, não apenas de uma estratégia nacional dos Ministérios da Segurança Social e da Saúde, mas também da Misericórdia.

E isso porque a Instituição deseja e pretende estabelecer um circuito ágil e eficaz que assegure uma maior dignidade da pessoa humana, através do acesso a serviços diversificados e de qualidade, associando-se a este pensamento o **funcionamento articulado das diversas respostas sociais desenvolvidas pela Misericórdia.**

4.7 MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS

Respeitando o espirito de parceria que norteia a Misericórdia, importa destacar a cedência e disponibilidade da Mata e Jardins da Instituição para que diversas **entidades locais e regionais**, incluindo entidades do sistema de ensino, ou associações desportivas, possam desenvolver atividades, sejam elas de natureza cultural ou desportiva.

Ações como o **Bootcamp** promovido pelo Agrupamento de Escolas de Arganil, assim como a prova anual de corta mata, **ou mesmo a prova do AÇOR BTT**, que têm passado pela Mata da Misericórdia ao longo dos últimos anos, são exemplos dessa colaboração.

Por outro lado, importa destacar que a Mata e os jardins da Misericórdia são parte integrante do património da Instituição, mas acima de tudo são espaços encarados como uma componente da sua história, razão pela qual serão alvo de especial atenção da Instituição, mantendo-se as **ações de limpeza, manutenção das faixas de proteção e gestão de combustível, assim como a reintrodução, sempre que possível, de espécies arbóreas de folha caduca e autóctones.**

Essas operações de limpeza e manutenção incidem no período compreendido entre Janeiro e Maio de cada ano, o que implica, durante esse período, um acréscimo de empenho e esforço dos trabalhadores desta área, para além da limpeza dos jardins que envolvem o edificado da Misericórdia.

Nessas atividades a Instituição conta já com equipamento diverso**,** nomeadamente destinado ao melhor tratamento dos resíduos florestais, reduzindo a necessidade de realização de queimadas e o seu aproveitamento para outras atividades ou consumo.

Manter e preservar a Mata e os jardins é dar-lhes vida, salvaguardando a proteção da natureza, promovendo a sua divulgação, e renovando os espaços de lazer, associando-lhes a prestação de homenagem a figuras e personalidades da região como forma de registar na memória coletiva o papel das mesmas nas comunidades.

4.8 MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS E ATIVIDADES DIVERSAS

A Misericórdia tem pautado a sua ação pelo aprofundamento das parcerias com diversas entidades da comunidade, sem que tal belisque a sua identidade, a sua natureza, mas também o seu espirito independente, colaborando assim com organismos públicos e privados.

Nesse sentido, deverá ser mantido o apoio ao patrocínio do quadro de mérito e excelência, promovido pelo **Agrupamento de Escolas de Arganil (AEA),** no valor de duzentos e cinquenta euros (250,00€), integrando ainda o respetivo Conselho Geral.

Para além disso, a colaboração com a **ADEPTOLIVA**, onde a Misericórdia assume o lugar de membro associado, deverá ter continuidade, na expetativa de que seja possível a abertura de um espaço na Instituição destinado à formação profissional dessa entidade educativa, **mantendo a pretensão de reabertura do Pólo na vila de Arganil.**

Para tal, deverão ser asseguradas as presenças e participações nas respetivas reuniões da Assembleia Geral, procurando estar na discussão dos assuntos essenciais para o desenvolvimento da EPTOLIVA, enquanto escola profissional de referência na região e no panorama nacional.

Por outro lado, e considerando a componente cultural, diversas iniciativas terão lugar, através da **realização de conferências temáticas**, ajustadas e definidas à medida que a atualidade local, regional e nacional, o impuserem, tendo em vista consolidar a Misericórdia como um espaço de reflexão e sensibilização.

Ainda no campo cultural **serão promovidos concertos na Igreja da Misericórdia,** pondo em uso, como tem sido habitual o seu órgão de Tubos, um dos raros em funcionamento na região e único no concelho de Arganil, recorrendo a parcerias várias, nomeadamente com a Fundação Inatel.

Contudo, o ano de 2027 deverá ter em linha de conta a possibilidade de realização de uma **manutenção desse instrumento** que faz parte do espólio artístico da Instituição.

A **celebração de diversos protocolos**, assim como a manutenção dos já firmados estabelecidos, nomeadamente com a Câmara Municipal de Arganil, as IPSS locais, entre outras entidades, públicas ou privadas, continuará a ser um objetivo operacional da Misericórdia.

No campo da atuação junto dos seus públicos de atuação/intervenção a Instituição procurará dar continuidade a uma sequência de **atividades lúdicas**, visando não apenas o lazer, bem-estar, mas também de valorização pessoal, as quais se enquadram em documento próprio.

Na esfera religiosa, a Misericórdia irá **concretizar as tradicionais festividades em honra de Santa Isabel, e do episódio da Visitação,** preparando uma agenda cultural abrangendo o primeiro fim-de-semana de Julho, como tem vindo a fazer, a par da participação na **procissão do Senhor dos Passos**, por ocasião da Páscoa, transportando, não apenas a imagem de Cristo na Cruz, mas também de Nossa Senhora, pelas ruas de Arganil, num momento que, cada vez mais, reúne os irmãos e comunidade em seu redor.

Por fim, uma referência particular à figura do anterior Provedor, Prof. José Dias Coimbra, na vinda do ensino secundário para o concelho de Arganil, motivo pelo qual **a Mesa Administrativa continuará a estar atenta ao cumprimento do anúncio realizado no dia 7 de Setembro de 2024,** pelo Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Dr. Luís Paulo Costa, de atribuir o seu nome à Escola Secundária de Arganil.

4.9 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS

Com mais de 120 alunos a utilizar o edifício da escola sita no Paço Grande, e reconhecida a importância daquele espaço para o desenvolvimento da atividade do ensino e prática de dança clássica, entre outras atividades, onde se inclui o público sénior e trabalhadores da Instituição, a Misericórdia considera ser pertinente a manutenção da **colaboração e apoio a essa estrutura**.

Desde logo, esse apoio tem possibilitada a **promoção da escola Adães Bermudes**, através do funcionamento da Academia Condessa das Canas, cujo contributo para a sua visibilidade tem passado pela Escola de Ballet que aí tem estado radicada.

Foi, e é, por via da Escola de Ballet que se tem registado a valorização da marca *"Academia Condessa das Canas"*, razão pela qual a antiga escola tem sido dinamizada e mantido uma vivência intensa, o que possibilita que não exista mais um edifício histórico abandonado em Arganil.

4.10 PROJETO "PERCURSOS DE COR" – INICIATIVA INOVADORA DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL (IIES)

O **Projeto "Percursos de Cor"** veio a iniciar-se em 1 de julho de 2025, tendo uma duração/execução de três anos, motivo pelo qual o ano de 2027 verá a continuidade desta iniciativa inovadora.

Essa intervenção diferenciadora, rentabilizando/reabilitando alguns dos espaços exteriores da Instituição com potencial, representa uma aposta na diferenciação positiva do apoio aos utentes.

No entanto, o próximo ano será pautado pela **conclusão dos trabalhos de reabilitação do Jardim das Tílias e o Pátio exterior**, criando assim mais espaços adaptados às necessidades dos públicos mais vulneráveis, abrangendo um universo de cerca de 250 beneficiários, da Misericórdia e de várias outras Instituições parceiras.

A Iniciativa Inovadora de Empreendedorismo Social (IIES), resultou assim, da aprovação de candidatura submetida ao Aviso n.º CENTRO2030-2024-25 – Parcerias para a Inovação Social, e tem como objetivo **testar uma metodologia de ações terapêuticas em espaços transformados**, aplicando os princípios da neuroarquitetura, com recurso à biofilia e estratégias de wayfinding através da cor, luz e sinalética, visando **criar percursos mais funcionais** para idosos e promover o bem-estar geral dos beneficiários.

Este projeto é o corolário de uma parceria entre a Associação CAUSA e a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, para além da participação de outras IPSS do concelho de Arganil, nomeadamente o Centro Social da Freguesia de Cepos, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Cova do Alva, o Centro Social e Paroquial do Sarzedo e a Assistência Folquense.

Contando com uma equipa técnica composta por 1 médico, 1 enfermeira de reabilitação, 1 fisioterapeuta, 1 terapeuta ocupacional, 1 neuropsicóloga, 1 psicóloga, 2 animadoras e 3 auxiliares, o trabalho terá continuidade no próximo ano.

Ao longo dos três anos, o projeto prevê:

1- Implementação dos princípios da neuroarquitetura nos espaços intervencionados;

2- Realização de dinâmicas terapêuticas adaptadas aos beneficiários;

3- Avaliação de impacto em três momentos: inicial, intermédia e final.

Simultaneamente, terá criada uma **Comissão de Acompanhamento**, cuja composição será, previsivelmente, composta por representantes de diferentes entidades, incluindo as IPSS envolvidas (Centro Social da Freguesia de Cepos; Santa Casa da Misericórdia de Vila Cova do Alva; Centro Social e Paroquial do Sarzedo e Assistência Folquense), a Academia Portuguesa de Neuroarquitetura, a União das Misericórdias Portuguesas, a Ação Social do Município de Arganil (aguardando-se resposta ao convite endereçado), a Universidade de Medicina de Lisboa, a Ordem dos Arquitetos e os Investidores Sociais envolvidos no projeto**.**

4.11 CINETEATRO ALVES COELHO

Inicialmente, o prazo para a conclusão da reabilitação do emblemático edifício conhecido como **Cineteatro Alves Coelho** datava de 16 Abril de 2025. Contudo, a Instituição foi obrigada a tomar posição junto da autarquia, por incumprimento desta última, tendo sido feita alteração à escritura celebrada em 2021, após aprovação pela Assembleia a Geral em 15 de Abril de 2025.

Resultado dessa decisão e da posição tomada pela Instituição, foi estendido por mais 3 anos o prazo destinado à recuperação e reabilitação do edificado referente ao Cineteatro Alves Coelho, cujo término passou a ser 16 de Abril de 2028.

Agora, a expetativa é a de que a **Câmara Municipal de Arganil respeite o compromisso assumido**, razão pela qual a Misericórdia estará atenta aos anúncios efetuados pela autarquia de recurso à banca, os quais têm sido justificados com a recuperação do Cineteatro.

A este propósito importa sublinhar que a Misericórdia interveio na Escola Adães Bermudes, recuperou o Hospital de Beneficência Condessa das Canas e continua a alavancar projetos inovadores, apesar da escassez de recursos financeiros, já a autarquia, e apesar do contratualizado, foi incapaz de recuperar o Cineteatro Alves Coelho, tendo sido recebido pela edilidade camarária logo em 2008, ou seja, volvidos 18 anos.

4.12 DEFESA DOS INTERESSES DA MISERICÓRDIA – Ações Judiciais

A Misericórdia tem assumido com clareza a defesa dos respetivos interesses institucionais, razão pela qual o recurso à justiça tem sido um mecanismo para assegurar os seus direitos.

Nesse sentido, está já agendada para Fevereiro de 2027 a realização de audiência relativa ao processo n.º 4694/20.2T8CBR, cuja matéria assenta no facto de que a Assembleia Geral da Misericórdia autorizou a utilização (Direito de superfície) de 1438 m2, tendo a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC) ocupado, indevidamente, 2697,80m2.

Com efeito, e neste processo em particular, o ano de 2026 ficou marcado pelo não cumprimento, por parte da ACSS, de entrega de uma proposta de acordo, razão pela qual será dada continuidade ao processo no próximo ano.

A Misericórdia entende que deverá ser ressarcida por esse abuso praticado por uma entidade pública, à revelia das deliberações tomadas pela Assembleia Geral da Misericórdia, sendo que se aguarda bom senso por parte da ACSS, entidade que sucedeu nos direitos e responsabilidades à ARSC.

Tendo sido aprovado mandato, na Assembleia Geral de 28 de Março de 2024, com plenos poderes à Mesa Administrativa para um eventual acordo, **a Misericórdia continua disponível para o diálogo** sem deixar de defender o seu património que, ao longo dos anos, tem sido disponibilizado ao Estado, mas sem que deste tenha merecido o respeito devido.

Quanto ao contencioso com a Segurança Social, nomeadamente a impugnação judicial (processo n.º 134/22.0BECR / UO 2 do TAF de Coimbra) relativa a liquidação oficiosa de contribuições aos prestadores de serviço (Processo n.º 0601202200007200 e apensos), a Misericórdia manterá a sua posição, contra a, eventual, devolução/pagamento de verbas, por considerar que não há lugar a estas, razão pela qual aguarda o desfecho judicial do processo.

Quanto à questão dos terrenos junto à Capela da Senhora da Agonia, foi já aberto processo com o n.º 207/25.8T8AGN contra particular, visando a defesa do património da Instituição, designadamente a titularidade e propriedade de parte de artigo rústico.

A Mesa Administrativa considera ainda, reunida a Assembleia Geral, que a aprovação do presente Plano de Atividades e Orçamento significará o reconhecimento da capacidade e autoridade para que sejam promovidos, ou mantidos, todos os processos e ações judiciais que visem a defesa do interesse da Instituição, nas suas mais diversas áreas de atuação.

4.13 PROJETO "CogniMotion VR: Experiências Terapêuticas Integradas" – BPI | FUNDAÇÃO LA CAIXA

A Misericórdia viu aprovada em Novembro de 2025 uma candidatura aos prémios patrocinados e promovidos pelo BPI | Fundação La Caixa Sénior, designada como ***CogniMotion VR: Experiências Terapêuticas Integradas***.

O projeto será concluído em 2027, sendo possível já registar diversos resultados na promoção de uma vida autónoma em casa e na comunidade, prestando apoio sociossanitário e psicossocial a pessoas em situação de doença, utilizando como principal ferramenta terapêutica a realidade virtual (RV), mantendo as intervenções assistidas por animais.

O âmbito da intervenção tem sido direcionada a pessoas idosas com mais de 65 anos, abrangendo um universo de **100 beneficiários**, integrados nas diferentes respostas sociais da Misericórdia (ERPI, SAD, CD e UCCI – UMDR e ULDM), muitas das quais enfrentam declínio cognitivo, fragilidade física e sensorial, solidão ou dependência funcional.

Com a entrada em funcionamento do novo Hospital de Cuidados Continuados, cujo equipamento foi financiado pelo PRR, o projeto será estendido às novas valências de UC, UCP e ULDM, assegurando uma resposta abrangente a públicos ainda mais vulneráveis.

O projeto atuará, caso seja aprovado, de forma estruturada sobre as seguintes dimensões prioritárias:

- Prevenção da fragilidade e apoio à autonomia funcional e cognitiva;
- Apoio às necessidades básicas;
- Promoção da saúde, incluindo saúde mental;
- Intervenção sociossanitária e psicológica.

O objetivo geral consiste em promover a autonomia, funcionalidade e bem-estar biopsicossocial de pessoas idosas, através da implementação de um modelo inovador de intervenção terapêutica com recurso à RV e IAAs.

Os objetivos específicos incluem:

- Melhorar a funcionalidade motora dos participantes, promovendo exercício físico seguro e adaptado com recurso a equipamentos de reabilitação;
- Estimular as funções cognitivas e sensoriais através de sessões terapêuticas com recurso à RV;

- Reduzir o isolamento social e promover o bem-estar emocional, através da integração de sessões de IAAs;
- Promover o envelhecimento ativo e a participação dos utentes nas atividades terapêuticas inovadoras;
- Garantir a capacitação técnica da equipa multidisciplinar e voluntários, assegurando a qualidade e eficácia das intervenções.

A equipa técnica afeta ao projeto é composta por psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeuta, enfermeiro de reabilitação, animador e assistente social da SCMA, garantindo uma abordagem integrada e centrada na pessoa, focada na funcionalidade, saúde mental, bem-estar e participação ativa dos utentes.

Além da equipa técnica, o projeto conta com a colaboração de entidades parceiras e voluntários, que irão contribuir para a implementação e dinamização das atividades terapêuticas, assegurando suporte especializado, logístico e humano. Esta articulação permite reforçar a dimensão comunitária e inclusiva da iniciativa, promovendo a integração interinstitucional e o envolvimento ativo da comunidade local.

5. ORÇAMENTO PREVISIONAL E INVESTIMENTOS

Para o ano que se aproxima, e face à ambição que o presente plano de atividades incorpora, o orçamento e os investimentos preconizados parecem ser os suficientes para dar resposta às necessidades da Instituição.

No entanto, importa destacar que a mera comparação com o orçamento gizado para 2026 traduz um aumento inferior a 10%, isto em termos percentuais, e neste particular a explicação radica no facto de que nesse documento estava já previsto o início do funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

Com efeito, esse apenas veio a entrar em funcionamento no último trimestre de 2026, mais precisamente a 2 de Novembro, razão pela qual a realidade vivenciada não correspondeu exatamente ao estabelecido em orçamento para o ano que agora se aproxima do fim, aspeto que será desenvolvido aquando da apresentação do respetivo Relatório de Atividades.

Não obstante, importa reiterar que o **orçamento gizado corresponde a um exercício de previsão**, razão pela qual deverá ser entendido como um elemento balizador da atividade

económica da Misericórdia, mas sem que seja um fator demasiado rígido, na medida em que serão as circunstâncias que rodeiam a Instituição que irão determinar que a respetiva execução vá num, ou noutro sentido.

Apesar disso, regista-se um crescimento, quer no campo dos rendimentos e quer no campo dos gastos, que tendem a confirmar a consolidação da Misericórdia em patamares orçamentais superiores a cinco milhões e quinhentos mil euros (5.500.000,00€).

Consequentemente, a entrada em funcionamento de novos equipamentos e serviços, ou projetos inovadores, como é o caso do SAD + Saúde, têm vindo a contribuir para um crescimento dos rendimentos, e que face a 2026, aumentam 9,56%.

Já do lado dos gastos essa tendência também se manifesta, com um aumento de mais 8,21%, quando comparando com o orçamento traçado para 2026 nesta componente.

Não obstante, podemos concluir que a projeção para 2027 afigura-se como sendo positiva, na medida em que está previsto um **resultado de favorável de cento e vinte e quatro mil, cinquenta e oito euros (124.058,00€).**

5.1 RENDIMENTOS

Para o ano de 2027 foi estimado um aumento da componente dos rendimentos, face a idêntico instrumento de previsão (orçamento 2026), de quinhentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e nove euros (555.259,00€), o que representa mais 9,56% face ao estimado anteriormente**.**

Se é verdade que quando comparados os orçamentos de 2025 e 2026 o incremento dos rendimentos foi de 26,68%, ou seja, mais um milhão e duzentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e oito euros (1.223.868,00€), importa esclarecer que tal previsão assentou na premissa de que em 2026 ocorreria, logo no início do ano, a entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, ou seja, mais cedo do que efetivamente veio a suceder.

Esta alteração temporal, entre o estimado e a realidade que se veio a verificar, suporta e justifica a ideia de que o incremento orçamental do lado dos rendimentos para 2027 ficou abaixo dos 10%.

Assim, o total de rendimentos estimado para o próximo exercício **será de seis milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e quarenta euros (6.365.840,00€),** sendo que esse aumento

é justificado pelas contas 72 – Prestação de Serviços; 75 – Subsídios do Estado e outros Entes Públicos; e 78 – Outros Rendimentos e Ganhos.

No caso da conta 72 – Prestação de serviços, **com um valor elencado de cinco milhões, quatrocentos e setenta e um, setecentos e oito euros (5.471.708,00€),** o incremento previsto será de cento e noventa e seis mil, seisentos e cinquenta e dois euros (196.652,00€), com destaque para o crescimento das mensalidades na resposta de ERPI/Lar em mais cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e dois euros (56.872,00€); da inclusão das mensalidades dos utentes do projeto piloto SAD + Saúde, estimadas em vinte e seis mil, e oitenta e seis euros (26.086,00€); das Unidades de Cuidados Continuados Dr. Fernando Valle e Hospital de Beneficência Condessa das Canas que juntas terão um incremento previsto de mais noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta euros (94.680,00€).

Importa, ainda na conta 72, realçar que o términus da receita proveniente das designadas vagas hospitalares da Portaria 38-A e estimada, para o ano de 2026, em cento e sete mil, oitocentos e cinquenta e quatro euros (107.854,00€), será suprida pela estimativa da atualização das verbas referentes à cooperação com o Estado no âmbito do funcionamento das respostas sociais, designadamente da ERPI/Lar, em mais cento e trinta e sete mil, setecentos e doze euros (137.712,00€).

No caso das Unidades de Cuidados Continuados (Fernando Valle e Condessa das Canas), face às atualizações ocorridas em 2026 e que foram superiores ao orçamentado para esse ano, o ponto de partida para 2027 passou a ser mais elevado no que à atualização estimada foi agora aplicada, justificando esse aumento na previsão.

No âmbito da conta 75 - Subsídios do Estado e outros Entes Públicos, **o valor inscrito no orçamento foi de quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e sessenta e seis euros (427.766,00€),** importando referir que a inclusão das verbas oriundas do ISS,IP correspondentes ao Projeto Piloto SAD + Saúde representam mais trezentos mil euros (300.000,00€), algo que não estava na previsão de 2026.

Por fim, a conta 78 – Outros Rendimentos e Ganhos, **com um valor total inscrito de quatrocentos e trinta e nove mil, trezentos e doze euros (439.312,00€),** teve uma previsão de mais oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro euros (83.484,00€), muito suportada pelos mecanismos de reembolso do IVA no âmbito do PRR.

Assim, e ponderadas as oscilações ascendentes e descendentes nas diversas rúbricas dos rendimentos, está justificado o crescimento estimado para 2027, pelo que passaremos de seguida a descriminar o raciocínio / cálculo na determinação dos mesmos.

5.1.1 Descrição cálculo e projeção de Rendimentos

- Nas mensalidades e nas comparticipações dos utentes e famílias em todas as respostas sociais projetou-se, com base na média obtida do saldo a Setembro, replicada a 12 meses, com um montante atualizado em 2,4%, resultante da taxa de inflação prevista pelas entidades oficiais (BP);
- Foi considerada, na prestação de serviços (conta 72) das respostas sociais, uma manutenção dos níveis de frequência dos utentes;
- Já na rúbrica do jornal "A Comarca de Arganil", considerou-se manter o valor da assinatura do jornal, face ao contexto social em que o país se encontra com visíveis repercussões na área geográfica da Instituição, sendo essa um território de baixa densidade populacional. A sub-rubrica publicidade foi ainda atualizada ao montante da taxa da inflação, tendo esta uma representatividade de cerca de 42% do rendimento total do jornal;
- Nas demais Prestações de Serviços de que tiramos rendimentos, nomeadamente lavandaria e jardinagem, considerou-se atualizar as tabelas de preços considerado o aumento da taxa de inflação, tendo em conta a média até Setembro;
- Considerou-se uma atualização de 2,4%, acompanhando a taxa de inflação prevista, para os acordos com a Segurança Social, sendo que, no caso de ERPI, foi tido em consideração 120 utentes (entre 85 Utentes em Acordo, 10 Vagas Cativas e 25 utentes fora do Acordo), no SAD tradicional 35 utentes, abrangidos pelo Acordo de Cooperação, neste último com a majoração de 50% para 10 utentes (serviço prestado ao fim de semana), os Centros de Dia (Sede e Secarias) contam com a frequência total de 27 utentes todos em Acordo e o CATL com 60 utentes sendo esta a capacidade máxima inscrita no Acordo de Cooperação;
- Ainda na área da Infância fora de Acordo de Cooperação contamos com uma média de 19 crianças em idade escolar de 1.º de ciclo, na sala de apoio à Infância, com o valor 66,75€/criança;
- No campo da comparticipação da autarquia para as AAAF foi tida em conta uma frequência de 35 crianças, tendo por base um valor unitário de 30,99€/mês de acordo com o protocolo firmado e correspondente a 11 meses;

- Já no histórico serviço prestado de Cantinas Sociais, contamos atualmente com uma média de 570 refeições em faturação à Segurança Social;
- Na área da saúde, o valor da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação e do Hospital Dr. Fernando Valle foi projetado a partir do histórico do exercício do ano (até Setembro) com uma atualização de acordo com a taxa de inflação prevista;
- Ainda na saúde, foi introduzida a Prestação de Serviços com a assinatura dos Contratos no âmbito da RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, para abertura do novo Hospital, considerando as 36 camas (10 Paliativos, 12 Convalescença e 14 Longa Duração);
- Projetou-se um recebimento de outros serviços (lavandaria, jardinagem, etc.) com base no histórico a Setembro de 2026, atualizado pelo valor da inflação.
- Apresentando a Rúbrica da 75 – Subsídios de Estado e Outros entes Públicos destacamos a execução do Projeto Piloto do SAD+SAÙDE, e que reformula o tradicional serviço de apoio domiciliário integrando cuidados de saúde aos apoios sociais, contamos com 30 utentes (833,33€/utente/mês);
- Considerámos, também, o subsídio no âmbito do PT/CENTRO 2030, ainda na Conta 75, nomeadamente no Empreendedorismo de Inovação Social com o Projeto, já em execução, “Percursos de Cor”;
- Nas rúbricas menos relevantes considerou-se o histórico a Setembro com a correspondente atualização da taxa de inflação de 2,4%;
- Na conta 78 foi considerada, nos Rendimentos previstos para o ano de 2027, a Restituição do IVA, ao abrigo da legislação em vigor para as IPSS;
- Nos rendimentos e ganhos não financeiros considerámos um aumento das rendas, genericamente ao valor do coeficiente aprovado em Diploma Legal pelo Aviso n.º 24199/2026/2, isto é, de 2,56%;
- Nos subsídios ao Investimento, no que se refere à imputação anual correspondente, foi acrescido a subsidiação esperada relativa aos projetos do PRR, do PT2030 e do Fundo Ambiental;
- Estão ainda previstos outros Rendimentos com base no histórico a Setembro de 2026, atualizado com o índice de inflação previsto (2,4%).

RENDIMENTOS ESTIMADOS E COMPARADOS

	RÚBRICAS / Contas	2026	2027	Variação %
71	**VENDAS**	**0**	**0**	0%
72	**PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**	**5 275 056**	**5 471 708**	**3,73%**
	Serviços Prestados – Utentes, UCC e outros	**3 903 486**	**4 070 731**	**4,28%**
	Matrículas, Mensalidades de Utentes e serviços	3 741 383	3 950 677	5,59%
	Lar	1 045 681	1 102 553	5,44%
	Centro Dia	100 283	73 990	-26,22%
	Apoio Domiciliário	98 689	103 125	4,50%
	SAD + SAÚDE	0	26 086	0%
	UCC	130 481	142 321	9,07%
	ISS-UCC – HOSPITAL FERNANDO VALLE	177 465	166 660	-6,09%
	ACSS-UCC – HOSPITAL FERNANDO VALLE	550 162	590 910	7,41%
	ATL + AAAF+SALA DE APOIO INFÂNCIA	49 470	48 901	-1,15%
	Fisioterapia	142 460	183 578	28,86%
	Jornal "A Comarca"	**128 362**	**100 468**	**-21,73%**
	Assinantes	80 868	58 574	-27,57%
	Publicidade	47 494	41 893	-11,79%
	Outros (jardinagem + lavandaria)	**21 809**	**19 586**	**-10,20%**
	UCC – 2 / HOSPITAL CONDESSA CANAS (RNCCI)	1 446 691	1 500 623	32,75%
	ACSS – Paliativos	0	466 772	0%
	ACSS/ISS – ULDM	0	473 725	0%
	ACSS – Convalescença	0	560 126	0%
	Autarquia – AAAF	11 931	11 931	0,00%
	Centro Distrital da segurança Social	**1 371 570**	**1 400 978**	**2,14%**
	ISS – Acordos de Cooperação	**1 335 493**	**1 372 191**	**2,75%**
	Lar	834 629	972 341	**16,50%**
	Vaga Hospitalar Port. 38º-A	107 854	0	**-100,00%**
	Centros Dia Sede	48 869	49 061	**0,39%**
	Centros Dia Secarias	17 771	17 171	**-3,37%**
	Apoio Domiciliário	235 155	222 714	**-5,29%**
	Complemento + Demência	45 183	61 690	**36,53%**
	ATL	46 032	49 213	**6,91%**
	ISS – cantinas sociais	**36 077**	**28 787**	**-20,21%**
75	**SUB. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS e DOAÇOES**	**153 745**	**427 766**	**178,23%**
	De Outras Entidades – IEFP, PT2030	153 745	127 382	-17,15%
	Projeto SAD+SAUDE	0	300 384	0%
	Doações	0	0	0%
	Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0%
74	**TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE**	**24 418,42**	**25 931,27**	**6,20%**
78	**OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**	**355 828**	**439 312**	**23,46%**
781	Rend. Supl.	81 170	126 483	55,82%
787	Rend. e ganhos em investimentos não financeiros	125 611	112 911	-10,11%
788	Outros	149 047	199 918	34,13%
	Subsídios para o Investimento	54 865	94 215	71,72%
	(...) Outros	94 182	105 703	12,23%
79	**JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS**	1 534	1 122	**0,00%**
	Total dos Rendimentos	**5 810 581**	**6 365 840**	**9,56%**

5.2 GASTOS

No Campo dos Gastos a Instituições prevê um aumento, face ao orçamento traçado para 2026, de mais quatrocentos e setenta e três mil, seiscentos e vinte e um euros (473.621,00€), ou seja, mais 8,21%, **totalizando assim seis milhões, duzentos e quarenta e um, setecentos e oitenta e dois euros (6.241.782,00€).**

Nesse particular, interessa de igual modo frisar que, à semelhança do que também sucedeu nos rendimentos para 2026, os Gastos do Hospital de Beneficência Condessa das Canas tinham sido contemplados já nessa data, pelo que a inclusão dessa componente diminuiu o impacto quando comparados os dois instrumentos de previsão (2026/2027). E aqui, importa salientar que entre 2026 e 2025, sendo que neste último, não estava contemplada a nova unidade, o impacto foi bem mais elevado, neste caso mais 32%.

Perscrutando com maior pormenor as contas que contribuem para o aumento dos Gastos estimados para 2027, destacam-se as contas 62 – Fornecimento de Serviços Externos, a conta 63 – Gastos com Pessoal e, por último, a conta 64 – Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização.

No que concerne à conta 62 – Fornecimento de Serviços Externos, com **um total de um milhão, quinhentos e três mil, cento e sessenta e oito euros (1.503.168,00€),**o incremento previsto, face a 2026, será de mais cento e setenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e nove euros (174.469,00€), muito devido aos trabalhos especializados, onde se incluem os serviços clínicos/médicos e farmacêuticos que passaram a contemplar o Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

Quanto à conta 63 – Gastos com Pessoal, apresenta uma **previsão global de quatro milhões, noventa e nove mil, cento e cinquenta e sete euros (4.099.157,00€),** sendo que o aumento estimado, face a 2026, será de cento e dezassete mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros (117.456,00€), contemplando o reforço da equipa de enfermagem para a nova unidade e de pessoal auxiliar, perante as novas exigências em termos de rácio no âmbito dos contratos com a RNCCI (ACSS,IP e ISS,IP). Esta conta representa na previsão 65,67% dos Gastos.

Por último, há a destacar a conta 64 - Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização, cujo **montante orçamentado é de quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e oitenta e três euros (453.983,00€)**, o que representa, face a 2026, mais duzentos e treze mil, seiscentos e seis euros (213.606,00€), e que em larga medida resultam das amortizações do edifício e do

equipamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, em face da sua entrada em funcionamento.

Ponderadas as contas atrás enunciadas, o aumento dos Gastos está desta forma justificado, encontrando-se devidamente suportado do lado dos rendimentos, pelo que passaremos de seguida a apresentar a descrição do raciocínio / cálculo utilizado para determinar os custos estimados para 2027.

5.2.1 Descrição cálculos e projeção de gastos

- O custo das mercadorias de géneros alimentares não tem expressão enquanto gasto, na perspetiva que o mesmo está refletido na conta 626 (FSE), na modalidade de catering, considerando-se o saldo até Setembro, calculando-se a respetiva média replicada a 12 meses, com a atualização de 2,4% da taxa de inflação. Esta rúbrica contempla ainda, a projeção tendo em conta o aumento do n.º de refeições com a abertura do novo hospital em 36 camas e os recursos humanos afetos. Quanto às matérias de consumos aplicámos a projeção tendo por base o acumulado do ano de 2026 até Setembro replicado a 12 meses, acrescendo a taxa de inflação prevista para 2027.

- No fornecimento de serviços externos, de um modo geral (conta 62), fez-se uma projeção tendo por base o acumulado do ano 2026 (9 meses replicado a 12), levando em linha de conta a taxa de inflação, acrescido dos custos previstos com a entrada em funcionamento do novo hospital (12 meses);

- De anotar que as sub-rúbricas de Trabalhos Especializados e Honorários para além do histórico, por se entender manter os serviços prestados contratualizados e necessários, contempla o acréscimo de Prestadores de Serviços previstos para o novo Hospital, nomeadamente nos serviços médicos, de enfermagem e outros técnicos.

- Na rúbrica energia e fluídos considerámos uma atualização dos valores à taxa da inflação, tendo por base o histórico acumulado a Setembro do exercício de 2026;

- Nos custos com pessoal, teve-se em consideração o quadro de pessoal a Setembro, atualizado a Outubro com as novas tabelas salariais do Contrato Coletivo de Trabalho de 2026, assim como dos recursos humanos para o novo hospital obedecendo aos pré-requisitos de referência anunciados pela entidade competente; bem como a respetiva

atualização do SMN (9200,00€ --> 970,00€) em 5,4% face ao atual e 3% para o restante pessoal;

- Nas amortizações considerou-se os elementos sujeitos a deperecimento baseado no histórico de 2026, estando estes a ser lançados em duodécimos, acrescido da projeção das amortizações do novo hospital após a sua entrada em funcionamento e dos investimentos previstos para 2027;
- Os juros foram calculados com base nos acordos bancários firmados, nomeadamente, os seus planos prestacionais. Com a entrada em funcionamento do novo hospital, os juros do empréstimo contraído para a empreitada deste edificado passam a refletir-se na conta de gasto do exercício para 12 meses;
- Nos restantes custos foi levado em linha de conta o acumulado a Setembro e respetiva projeção, acrescido da taxa de inflação prevista de 2,4%.

GASTOS ESTIMADOS E COMPARADOS

	RÚBRICAS/Contas	2026	2027	%
61	**CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS**	**130 297**	**106 151**	**-18,53%**
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	0	0	0%
	Mercadorias (Farmácia)	67 241	51 696	-23,12%
	Matérias de consumo Outros	63 056	54 456	-13,64%
62	**FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**	**1 328 699**	**1 503 168**	**13,13%**
621	Subcontratados	33 990	33 976	-0,04%
	Edição/Impressão Jornal Comarca	33 990	33 976	-0,04%
	Edição/ livros Comarca	0	0	0%
622	Serviços Especializados	194 839	316 755	62,57%
	Trabalho especializado	100 365	211 875	111,11%
	Honorários	42 075	50 775	20,68%
	Conservação e reparação	37 657	40 261	6,91%
	Outros	14 742	13 844	-6,10%
623	Materiais	37 323	65 329	75,04%
	Ferramentas e ut. Desgaste rápido	14 157	17 168	21,27%
	Material de escritório	8 495	10 879	28,05%
	Outros	14 671	37 282	154,13%
624	Energia e fluidos	228 177	240 858	5,56%
	Eletricidade	110 773	140 247	26,61%
	Combustíveis	96 081	83 645	-12,94%
	Água	21 323	16 966	-20,44%
625	Deslocações, estadas e Transportes	3 093	3 773	22,01%
626	Serviços Diversos	831 278	842 477	1,35%
	Comunicação	27 451	24 006	-12,55%
	Seguros	12 634	14 107	11,66%
	Limpeza, higiene e conforto	84 734	115 911	36,80%
	Outros serviços - exclui Catering	123 202	89 474	-27,38%
	Outros serviços - só Catering	583 257	598 978	2,70%
63	**GASTOS COM PESSOAL**	**3 981 701**	**4 099 157**	**2,95%**
632	Remunerações do pessoal	3 191 191	3 285 810	2,97%
6321	Remunerações certas	2 920 054	2 939 721	0,67%
6322	Remunerações Adicionais	271 137	346 089	27,64%
634	Indemnizações	0	0	0%
635	Encargos sobre Remunerações	721 713	745 599	3,31%
636	Seguros de acidentes no trabalho	52 549	54 700	4,09%
638	Outros Gastos com Pessoal	16 248	13 049	-19,69%
68	**OUTROS GASTOS E PERDAS**	**48 681**	**33 774**	**-30,62%**
681	Impostos	0	0	0%
682/687	Outros Gastos e Perdas em Ativos	0	0	0%
688	Outros Gastos e Perdas	48 681	33 774	-30,62%
6881	Correções de Períodos Anteriores	0	0	0%
6882	Donativos	0	0	0%
6883	Quotizações	0	3 220	0%
6884/6888	Outros Gastos e perdas	48 681	30 554	-37,24%
64	**GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO**	**240 377**	**453 983**	**88,86%**
69	**JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS**	**38 406**	**45 549**	**18,60%**
	Total dos Gastos	**5 768 161**	**6 241 782**	**8,21%**

5.3 INVESTIMENTOS

Do lado dos investimentos a Instituição perspetiva uma redução face ao projetado para 2026, na medida em que as intervenções decorrentes da execução das candidaturas ao PRR estão concluídas, ou em fase de transição para outros mecanismos de apoio (PT2030).

Apesar disso, estima-se um valor global de **investimento na casa dos seiscentos e vinte e oito mil, seiscentos e oitenta euros (628.680,00€),** incidindo na componente dos ativos fixos tangíveis.

Para tal, a Misericórdia deseja contar com um valor quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e quarenta e oito euros (423.348,00€) oriundos de subsídios / apoios, cabendo o valor de duzentos e cinco mil, trezentos e trinta e dois euros (205.332,00€) de capitais próprios.

Nessa componente o destaque passa pela execução da empreitada associada ao projetos Percursos de cor, conforme descrito na tabela abaixo, na expetativa de que este investimento seja suportado por fundos comunitários, seguindo-se a eventual intervenção no Hospital Fernando Valle, na expetativa de que o PRR em causa transite para o PT – 2030, nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2026, de 13 de Agosto.

QUADRO DE INVESTIMENTO

	VALOR		TOTAL
INVESTIMENTO	**Subsídios**	**Próprios**	
Total	**423 348**	**205 332**	**628 680**
Investimento Financeiro	0	0	0
Ativos fixos tangíveis	423 348	205 332	628 680
PROJETO PERCURSOS COM COR	119 978	3 599	123 577
HOSP. FERNANDO VALLE - EQUIP. PRR/PT2030	287 370	70 833	358 203
VEÍCULO ELÉTRICO TIPO DACCIA DOKKER/JOGGER	16 000	20 900	36 900
ESTUDOS E PROJETOS	0	50 000	50 000
Medidas / ações corretivas MAP	0	40 000	40 000
OBRAS CONSERVAÇ. IGREJA, ORGÃO E OUT.EDIF	0	20 000	20 000

6. CONCLUSÃO

Ao longo dos últimos anos a gestão da Santa Casa da Misericórdia de Arganil tem sido rodeada por um **contexto de instabilidade internacional**, marcado por uma mudança radical da ordem mundial e o surgimento de novas potências que procuram as suas esferas de influência geoestratégica.

Assistimos, simultaneamente, às **convulsões de um modelo de proteção social europeu**, e inclusive o emergir de movimentos que não se revêm nesse mesmo modelo, suscitando enormes dúvidas sobre a continuidade da própria União Europeia, especialmente em face das dificuldades que a economia atravessa e à incerteza na definição das prioridades perante as exigências do setor da defesa.

Por outro lado, vivenciamos **alguma incerteza na vida nacional**, com o agravamento de vários problemas sociais e para os quais não há soluções mágicas e instantâneas.

No entanto, perante essas incertezas, e perante os compromissos que a Misericórdia tem assumido, não apenas para com os seus trabalhadores, mas essencialmente para com os utentes dos seus equipamentos e estruturas, **nunca os Órgãos Sociais desta Instituição baixaram os braços,** continuando a pugnar pela defesa da sua missão que se sustenta em servir a comunidade.

A Misericórdia, desde a sua fundação em 6 de Junho de 1647, traçou uma linha existencial que o tempo apenas veio consolidar, distante das ambições pessoais, mas convicta nas ambições coletivas de uma Instituição solidária, convicta e resistente.

Uma Instituição com memória e futuro, em que não se esquece o seu passado para se projetar o futuro.

Obviamente, e perante a continuação dos desafios que se colocam cada vez mais de forma incisiva, e enquanto responsável máximo da Instituição e representante desta, não nos permitiremos “deitar a toalha ao chão” e não abandonaremos as nossas responsabilidades.

Assim, iremos **pedir a renovação para um novo mandato (2027-2030)** em próxima Assembleia Eleitoral, na certeza de que haverá muito para fazer e decisões para tomar que exigem coragem e, acima de tudo, muita convicção na defesa da história, da identidade e de um caminho cujos antecessores assim o exigem.

Façamos pois, votos que a Senhora das Misericórdias nos proteja e nos dê a saúde indispensável para levarmos a bom porto esta nau, cada vez maior, num mar revolto e tumultuoso.

Arganil,

O Provedor

(Prof. António Carvalhais da Costa)

ANEXOS

CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Santa Casa Da Misericórdia de Arganil

Rua Comendador Cruz Pereira
3300-034 Arganil

NISS: 20004617166 **NIPC:** 501 157 654

1º ORÇAMENTO ANUAL
ANO 2027

Euros

Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERIODOS	
			N-1	N
71	VENDAS	a)	0	0
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	b)	5.275.056	5.471.708
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	c)	153.745	427.766
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	d)	24.418	25.931
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	e)	130.297	106.151
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	f)	1.328.699	1.503.168
63	GASTOS COM PESSOAL	g)	3.981.701	4.099.157
–	AJUSTAMENTO DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERÕES)	–	0	0
–	IMPARIDADE A RECEBER (PERDAS / REVERSÕES)	–	0	0
–	PROVISÕES (AUMENTO/REDUÇÃO)	–	0	0
–	OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS / REVERÕES)	–	0	0
–	AUMENTO/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	–	0	0
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	h)	355.828	439.312
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	i)	48.681	33.774
	Result. antes de depreciações, gastos de Financ. Imposto	–	319.669	622.468
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	j)	240.377	453.983
	Result. operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)	–	79.292	168.485
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	k)	1.534	1.122
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	l)	38.406	45.549
	Resultado antes de Imposto	–	42.419	124.058

A Mesa Administrativa: **O Conselho Fiscal:** **Aprovado em Assembleia Geral:**

Data: Arganil, 10 de novembro de 2026 Arganil, 30 de novembro de 2026

Assinaturas:

Notas explicativas do orçamento:

a) As nossas vendas advêm normalmente da venda de livros de n/ publicação e receitas do bar da piscina. Sendo que não temos previstas receitas nestas potenciais fontes de rendimento, não se configura previsibilidade de rendimento na rúbrica "Vendas".

b) Verba que se prevê receber da prestação de serviços:

- Mensalidades dos utentes do Lar, A.T.L., Centro de Dia, Apoio Domiciliário Tradicional e +Saúde, AAAF, UCCI Fernando Valle e Hospital de Beneficência Condessa das Canas;
- Acordos de Cooperação típicos – Segurança Social e Min. Saúde - com base na frequência dos utentes;
- Acordo de Prestação de Serviços para assegurar o serviço de AAAF, com o Município;
- Fisioterapia;
- Prestação de serviços secundários como sejam a jardinagem e lavandaria a Instituições instaladas no concelho, bem como o jornal "A Comarca de Arganil".

c) Subsídios que se preveem receber do Estado e Outros:

- Comparticipação financeira de origem atípica de outras Entidades quer sejam Estatais e/ou Privadas (IEFP – Estágios Profissionais, PT2030, etc.).

d) Trabalhos executados por pessoal da Instituição que se destinam aos ativos fixos tangíveis ou a investimento em curso, com enfoque na limpeza da mata obrigatória por Legislação em vigor.

e) Verba que se pensa bastante para aquisição:

- Fraldas para os utentes;
- Medicamentos da UCC;
- Rações para animais, sementes e adubos para a valência agrícola;

f) Verba destinada ao pagamento de Fornecimento de Serviços Externos:

- Gastos de eletricidade, gás para cozinha, aquecimento central e águas, inclui todas as valências alocadas no edificado da Instituição;
- Aquisição de serviços especializados de suporte à atividade principal da Instituição, nomeadamente, de alimentação, saúde, publicidade, técnicos, higiene e segurança no trabalho, honorários de advocacia, enfermagem, jornalismo;
- Consumos de material de escritório e informático p/ expediente geral;
- Ferramentas e utensílios de desgaste rápido, bem como materiais para Conservação e reparação do Complexo Social, de Saúde, património de investimento;

- Aquisição de artigos de limpeza, higiene e conforto, de pequenos utensílios, comunicações, seguros, instalações, deslocações e estadias, contencioso e notariado, material didático e encargos de saúde c/ os utentes, entre outros;

g) Montante previsto para gastos com pessoal:

- Remunerações, subsídios de Natal e Férias, contemplando as reclassificações no CCT das Misericórdias;
- Turnos, prémios de produtividade, isenção de horário, trabalho noturno e abono de falhas de caixa;
- Formação profissional;
- Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- Outras despesas com o pessoal, nomeadamente, medicina do trabalho e fardamento;

h) Rendimentos de:

- Quotas da Irmandade, Campo Dr. Eduardo Ralha e comparticipação nos consumíveis (fraldas, pensos, etc);
- Serviços sociais que não se refiram à atividade principal da instituição;
- Valores de Restituição de IVA já liquidado ao Estado e mecanismo recuperação de IVA em sede de PRR;
- Investimentos não financeiros, ou seja propriedades de investimentos, ativos fixos tangíveis (rendas)
- Imputação de subsídios ao investimento.

i) Nesta conta encontram-se previstos gastos com:

- Gastos com Cantinas Sociais (parceiros);
- Donativos concedidos;
- Comissões diversas e Taxas;
- Quotizações à União das Misericórdias, outras entidades;

j) Valores prováveis para os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis (instalações e equipamento, incluindo o novo Hospital e os investimentos previstos para o ano);

k) Rendimentos obtidos de depósitos e outras aplicações (depósitos a prazo, garantia bancária);

l) Juros e Gastos com financiamentos obtidos.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL
Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 Arganil
TLF 235 200 490 **/ FAX** 235 200 499 *** geral@scmarganil.pt**
www.scmarganil.pt
www.facebook.com/misericordiadearganil

